

## ■ Corpos profanos: ■ rascunhos sobre a heterossexualidade compulsória e um feminismo lésbico ■

*Beatriz de Lima Morais\**

\* Graduada em Ciências Sociais, Universidade de Brasília (UnB)

*E-mail:* beatrizlmorais@gmail.com

**Resumo:** O objetivo do trabalho é sondar os fatores que levam ao apagamento e à deslegitimação da homossexualidade feminina e analisar as relações entre misoginia e homofobia na opressão da mulher lésbica ou bissexual através de uma perspectiva teórica. Essa análise terá como ponto de partida o controle do patriarcado sobre os corpos feminilizados, em conjunto com a repressão da sexualidade feminina, com forte diálogo com os conceitos utilizados pela teórica feminista Adrienne Rich. Por fim, analisarei a possibilidade de se discutir um feminismo em termos lésbicos, ou seja, de um feminismo que questione a heterossexualidade compulsória.

**Palavras-chave:** Sexualidade, Feminismo, Afetividade, Gênero.

**Abstract:** This paper reviews some of the main issues regarding the systemic erasure of female homosexuality, and analyses the relations between misogyny and homophobia inflicted upon homosexual and bisexual women under a theoretical perspective. This analysis will expose patriarchal control over feminine bodies, along with the repression of female sexuality in Brazilian society. Adrienne Rich's contributions to feminist theory will be used to situate the discussion within the context of compulsory heterosexuality. Lastly, it will discuss the possibility of a lesbian feminism, that is, a feminism that questions compulsory heterosexuality and the sexual exploration of women.

**Keywords:** Sexuality, Feminism, Affectivity, Gender.

## 1. Objetivos

A proposta do trabalho é realizar uma revisão de bibliografia sobre a literatura antropológica e feminista produzida até o momento acerca do tema, trazendo como marco teórico o clássico artigo “Heterossexualidade Compulsória e Continuum Lésbico”, da autora americana Adrienne Rich. Como utilizei como base teórica um texto que trabalha com uma sistematização mais ampla do fenômeno da heterossexualidade compulsória, certos recortes serão impossibilitados por limitações do material utilizado como base. É de essencial valor que trabalhos posteriores tragam outros recortes e trabalhem de forma mais aprofundada recortes de raça e classe, além de uma análise mais aprofundada sobre questões como a bissexualidade e a transexualidade.

Dito isso, considero este trabalho como uma rememoração da teoria feminista lésbica produzida especialmente na década de 70 e 80, com o auxílio pontual de obras mais contemporâneas, como o material produzido por bell hooks (2000) e Daniel Borrillo (2010).

## 2. Introdução ao tema

Para entender a necessidade de um feminino lésbico, é importante entender as particularidades da opressão sofrida pela mulher lésbica e

pela mulher bissexual no contexto patriarcal. A opressão sofrida pela lésbica é distinta da opressão sofrida pelo homem *gay*, em função da repressão da sexualidade feminina e do controle do patriarcado sobre os corpos femininos. Dessa forma, para debater lesbofobia e heterossexualidade compulsória (RICH, 2010), também é necessário discutir misoginia. A heterossexualidade pode ser entendida enquanto “uma tecnologia biopolítica, destinada a produzir corpos *straight*.” (PRECIADO, 2011, p. 12). Ou seja, a heterossexualidade não é só um conjunto de práticas, mas todo um sistema político de administração e dominação dos corpos. A negação da sexualidade feminina, a maternidade compulsória, a heterossexualidade compulsória e a violência de gênero são todos reflexos desse sistema de hierarquização dos corpos, que ao longo do trabalho será chamado de sistema sexo-gênero, partindo da conceituação realizada por Gayle Rubin. Além disso, trabalharei com a ideia de que existe uma tendência universal à subordinação da mulher (SEGATO, 1998).

Partindo do ponto de vista defendido por Rich (2010 [1980]), a mulher que se relaciona com outras mulheres traz em si uma provocação ao sistema heterossexista, pois além de manifestar desejo sexual autônomo, esse desejo é direcionado ao corpo de outra mulher. Dessa forma, a lesbianidade representa uma das ameaças mais fulminantes ao sistema de exploração feminina, porque a existência lésbica “inclui

tanto a ruptura de um tabu quanto a rejeição de um modo compulsório de vida. É também um ataque direto e indireto ao direito masculino de ter acesso às mulheres” (RICH, 2010, p. 36). Além disso, o silêncio e o apagamento ao qual a existência lésbica é condenada também pode ser entendido como um dos reflexos da heterossexualidade compulsória (RICH, 2010). A aversão é tamanha que é comum notar um ceticismo relativo à existência lésbica: afinal, se a sexualidade feminina nem sequer existe autonomamente, como duas mulheres podem se dar prazer? (BORRILLO, 2010) Esse questionamento é ilustrado por alguns dos termos utilizados popularmente no Brasil para se referir a mulheres que se relacionam com outras mulheres, como por exemplo: *sapatão*, *tribadista*, *saboeira*, *fancha*, *roçadeira*, *maria macho*. Todos eles, de cunho originalmente pejorativo, deslegitimam as lesbiandades, seja associando a figura lésbica a um pseudohomem ou evidenciando a falta de penetração nas relações sexuais entre mulheres. Numa sociedade falocêntrica, a relação sexual sem pênis é considerada incompleta, e portanto é desconsiderada (DINIZ, 2013). Isso pode ser percebido na construção da ideia de virgindade feminina, pois a mulher só deixa de ser virgem a partir do momento em que ela tem o hímen rompido ao ser penetrada por um homem. Dessa forma, se a lésbica é uma *roçadeira* ou *tribadista*, o que ela faz não é sexo “de verdade”. A figura da lésbica enquanto homem incompleto também é digna de nota,

pois esta se baseia na ideia de que a *sapatão* procura ser um homem para acessar os seus privilégios, tal qual a personagem Teresa/Tirésia, que perde os seus seios no drama surrealista de Guillaume Apollinaire e se torna um sábio barbudo. Essa formulação só tem sentido, dentre outras razões, porque nossa sociedade cola a ideia de orientação sexual com identidade de gênero de uma maneira muito profunda, tornando a lésbica um *homem em promessa*.

Também é importante ressaltar que, ao longo da história, mulheres que desafiaram a ordem hierárquica de gênero foram, com frequência, associadas ao lesbianismo. O feminismo, ao longo das décadas, gerou muita preocupação quanto a possível degeneração biológica oriunda da subversão à ordem natural dos sexos, que afetaria em especial, a maternidade (BORRILLO, 2010, p. 29). Apesar disso, tal associação não quer dizer que a relação entre o feminismo e o movimento lésbico foi sempre pacífica, pois, historicamente, existiram tensões e desentendimentos entre esses dois movimentos, tanto no contexto internacional quanto brasileiro.

Por fim, existe o questionamento da possibilidade de um feminismo que leve em conta as vivências lésbicas e das consequências disso para a luta de mulheres de uma forma geral. É inegável que a figura da *sapatão* representa uma grande provocação à estrutura hierárquica de gênero,

que historicamente explora os corpos feminilizados. Assim, o fortalecimento da identidade das mulheres que amam outras mulheres deve ser enxergado como uma pauta feminista que gera benefícios políticos para a coletividade do movimento, pois demonstra a possibilidade de uma vivência da sexualidade feminina autônoma e independente da figura do homem cissexual (HOOKS, 2000).

### *A Sexualidade Feminina*

Quando se fala em lesbofobia, está implícito que a lésbica sofre uma opressão distinta do homem gay, justamente por sua condição de mulher. Ou seja, a lésbica enfrenta não só a homofobia como também sofre o peso da dominação patriarcal. Quando falamos nas diferenças entre mulheres homossexuais e homens homossexuais, precisamos levantar a questão do acúmulo de capital simbólico que os homens possuem em relação às mulheres na nossa sociedade (BOURDIEU, 2002). Assim, mesmo que pela norma social a condição homoafetiva seja indesejável tanto para homens quanto para mulheres, devemos sempre lembrar que existe uma assimetria política, social e econômica entre os sexos. Por isso, ao longo desse trabalho, a palavra *gay* nunca será empregada para denominar mulheres homossexuais ou bissexuais, porque utilizá-la pode acarretar no apagamento da realidade particular

da vivência feminina, que é de essencial valor para o entendimento da condição peculiar da lésbica dentro de um sistema patriarcal (RICH, 2010, p. 37).

Antes de entrar nas especificidades da vivência lésbica, é importante ressaltar o quanto a dominação masculina se materializa nas relações afetivas e sexuais das mulheres que se relacionam com homens. Segundo Adrienne Rich, essa dominação impõe sobre as mulheres um controle sexual, que se expressa, além de outras maneiras, por meio da negação da sexualidade feminina. Todas as mulheres são vítimas da heterossexualidade compulsória, sejam elas lésbicas ou não, pois esse mecanismo se configura na falta de autonomia da mulher sobre o seu próprio corpo, ou seja, é a retirada do protagonismo feminino na própria vida afetiva e sexual. Não é dada às mulheres a possibilidade de não se relacionarem com homens ou se relacionarem com outras mulheres. A reprodução da heterossexualidade compulsória é possibilitada pela ideologia do romance heterossexual, que é irradiada nas meninas desde a infância, por meio dos contos de fada, da televisão, do cinema, das propagandas, das canções populares e da pompa dos casamentos (RICH, 2010, p. 31). O efeito dessa agenda política é a extrema valorização da figura do homem na vida das mulheres. Muitas mulheres se sentem deprimidas ou incompletas por serem solteiras, porque isso representaria um fracasso em concretizar a narrativa heterossexual e



amorosa que desde cedo lhes foi imposta. Dentro dessa narrativa, a mulher tem o papel passivo, e o homem tem o papel ativo. A pulsão sexual masculina é o *locus* do poder masculino (RICH, 2010, p. 32), e ela pauta a atividade sexual do casal. Assim, o prazer sexual da mulher é sempre negado, e seus desejos são colocados a serviço do homem. Não é incomum ver mulheres adultas que nunca tiveram um orgasmo, que nunca se masturbaram ou que nunca receberam sexo oral do parceiro.

O silêncio e a deslegitimação que perpassam a vivência lésbica são reflexos de algo maior, que é o medo da mulher que exerce a sua própria sexualidade. Ter autonomia sobre o próprio corpo num contexto patriarcal gera sanções muito graves, mesmo para as mulheres que se relacionam exclusivamente com homens. Sobre essas mulheres, recaem os estigmas de promiscuidade sexual. Assim, ao mesmo tempo que é esperado que elas se relacionem com homens, não é permitido que elas tenham um exercício autônomo da própria sexualidade, porque seu desejo sexual deve estar sempre subalterno ao de um homem, e de preferência deve estar expresso dentro de um relacionamento heterossexual monogâmico. Dentro do patriarcado, o desejo masculino engloba toda a relação sexual. O sexo gira em torno do falo e da penetração e uma relação sexual sem esses elementos é vista como incompleta e falsa. Dessa forma, é muito comum escutar

questionamentos de como as lésbicas fazem sexo, porque este ato só é entendido como tal se existe um pênis. O autor Daniel Borrillo (2010, p. 29) argumenta que a iconografia pornográfica ilustra perfeitamente esse pensamento: a sedução e os jogos sexuais entre as mulheres são representados para agradar e excitar o homem, e embora elas deem a impressão de sentirem prazer, o desfecho dessa performance é sempre a penetração e a ejaculação do homem.

A meu ver, a lesbofobia deve ser sempre entendida num contexto de supremacia da pulsão sexual masculina, o que pode explicar porque, sob um olhar desatento, as lésbicas foram menos perseguidas ao longo da história do que os homens gays. Essa diferença não deve ser entendida como uma aceitação, até porque a sexualidade feminina não é enxergada como uma sexualidade autônoma, e se ela não é autônoma, ela não poderia, a princípio, ser exercida numa relação com outra mulher (BORRILLO, 2010).

Se as lésbicas foram, visivelmente, menos perseguidas que os gays, tal constatação não deve ser interpretada, de modo algum, como indício de uma maior tolerância a seu respeito; pelo contrário, essa indiferença nada mais é do que o sinal de uma atitude que manifesta um desdém muito maior, reflexo de uma misoginia que, ao transformar a sexualidade feminina em um instrumento do desejo masculino, torna impensáveis as relações erótico-afetivas entre mulheres. (BORRILLO, 2010, p. 13-14)

Esse apagamento pode ser ilustrado pela diferença na perseguição dos homossexuais masculinos e das lésbicas no Terceiro Reich. Os homossexuais masculinos considerados “incuráveis” podiam ser levados aos campos de concentração, onde eram obrigados a utilizar um triângulo invertido rosa, que também era o código utilizado pelos nazistas para pedófilos e zoófilos. Estima-se que entre 5.000 a 15.000 homossexuais masculinos foram levados aos campos de concentração durante o regime nazista. Porém, raramente mulheres lésbicas eram levadas aos campos de concentração, porque os nazistas acreditavam que as mulheres eram, por natureza, dependentes do homem. Ou seja, a lésbica, por ser dependente do homem, ainda poderia cumprir sua função básica no quadro social nazista, que era o de mãe e esposa (UNITED STATES HOLOCAUST MUSEUM, 2015). Esse exemplo ilustra uma suposição sobre a natureza das mulheres, na qual elas seriam dirigidas de modo “inato” para os homens (RICH, 2010, p. 21). Essa suposta dependência da mulher sobre o homem é parte da visão de que o corpo feminino é um corpo sem autonomia, que necessita do homem para ter significado e função.

Assim, é possível afirmar que a lesbofobia, por ser direcionada aos corpos femininos, possui um caráter invisibilizador. Mas a lesbofobia não se resume a isso, pois a figura da lésbica representa uma ameaça à estrutura patriarcal, por encarnar um deslocamento do papel subalterno,

o que causa uma forte tensão dentro das relações de gênero. Essa tensão causa um mal-estar social, que tem a sua catarse através da violência. No livro “Las Estructuras Elementares de La Violência” (2003), a autora Rita Segato analisa o fenômeno da violação dos corpos femininos, e argumenta que o mandato de violação muitas vezes se expressa como uma forma de castigo ou moralização direcionada um corpo feminino. Para a autora, o estupro não se trata de sexo, e sim de poder, e portanto, sempre ocorre após uma experiência de masculinidade fragilizada. A masculinidade fragilizada causa um rancor dentro da organização social. Essa tensão tem a sua catarse no mandato de violação, no qual o violador aparece enquanto um agente moralizador. A autora entrevistou detentos indiciados por estupro no presídio da Papuda, em Brasília, e destaca uma frase que ouviu de um dos detentos: “Apenas a mulher crente é boa”. Essa frase significa que apenas a mulher crente não merece ser violada, o que por sua vez significa todas as mulheres que não estão de acordo com um padrão moral e tradicional estão suscetíveis à violação (SEGATO, 2003, p. 31).

A meu ver, o estupro corretivo, isto é, o estupro destinado a “corrigir” a orientação de uma mulher lésbica é o exemplo mais claro da violação enquanto castigo. Na sua análise acerca da violação, Rita Segato não analisa as implicações do ser lésbica no sistema de relações de gênero, mas podemos procurar referências sobre o tema na obra de Gayle



Rubin. No artigo *The Traffic In Women: Notes In The Political Economy Of Sex* (1975), a autora faz uma crítica feminista a autores como Marx, Lévi-Strauss e Freud, utilizando os conceitos desenvolvidos por esses acadêmicos para analisar o fenômeno da subalternidade feminina. Rubin substitui o termo “patriarcado” pelo termo “matriz sexo-gênero”, que seria o conjunto de arranjos pelos quais a sociedade transforma e condiciona a sexualidade humana. A proibição do incesto, que para Lévi-Strauss (1949) é um universal indispensável para a vida em sociedade, pode ser enxergado como um aspecto da matriz sexo-gênero. Para Lévi-Strauss, a troca das mulheres pelos homens representa a essência do sistema de parentesco. A proibição do incesto promove a circulação das mulheres entre os homens, gerando alianças entre grupos (LÉVI-STRAUSS, 1982 [1949], p. 70). A mecânica da dádiva, proposta por Marcel Mauss, retorna na obra de Lévi-Strauss, mas agora com consequências mais profundas. A relação estabelecida através da dádiva de mulheres não é apenas de reciprocidade, como na dádiva, mas também de parentesco (RUBIN, 1975, p. 173).

A matriz sexo-gênero se fundamenta no princípio de diferenciação e complementaridade dos sexos. O tabu do incesto, pressupõe um tabu anterior, menos articulado, acerca da homossexualidade. A proibição de algumas relações heterossexuais pressupõe a proibição de todas as

relações homossexuais. Ou seja, para a autora, gênero não é apenas sexo, é também o pressuposto de que o desejo sexual deve estar direcionado ao sexo oposto. É possível argumentar que as relações entre mulheres são ainda mais perigosas a esse sistema, porque no sistema de parentesco, a mulher é a dádiva a ser trocada. Se essa mulher hipotética se recusa a ser trocada entre os homens, e ainda se relaciona com outra mulher, significa que duas mulheres estão fora do sistema de troca. Rubin enxerga um potencial revolucionário nessa recusa ao sistema de parentesco, que ela enxerga como a raiz da opressão feminina (RUBIN, 1975, p. 180).

### *O corpo profano*

A hierarquia entre os sexos, ou melhor, a dominação masculina, foi construída de forma arbitrária ao longo da história do pensamento ocidental. Não existe nenhuma evidência que sustente que a fraqueza de espírito atribuída historicamente às mulheres está presente na natureza feminina. No livro “A Dominação Masculina”, Pierre Bourdieu vai tratar as relações de gênero como um arbitrário cultural que organiza o mundo, inclusive o universo biológico. Para o autor, “a divisão entre os sexos parece estar na ordem das coisas [...], em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos

agentes.” (BOURDIEU, 2012, p. 15). Ou seja, para que uma forma de submissão tão paradoxal exista, é preciso que ela se naturalize, a ponto de ser vivenciada muitas vezes de forma subjetiva, velada. Assim, através de um contínuo processo de conversão simbólica, o arbitrário cultural se transformou no natural, se transformou num pressuposto *biológico* através de um processo histórico (BOURDIEU, 2012). O feminismo e os estudos de gênero procuram desestabilizar esse entendimento, trazendo à tona as construções sociais que permeiam o que significar ser homem e mulher. A própria categoria gênero foi utilizada como ferramenta teórica pelas feministas, para evidenciar a profundidade dos papéis socialmente construídos nas características supostamente inatas a homens e mulheres (PRECIADO, 2011, p. 13).

Sendo entendida como da ordem natural, a dominação masculina se caracteriza como algo cristalizado em todas as relações sociais (BOURDIEU, 2012). Fugir aos padrões pré-determinados do que é ser homem e do que é ser mulher traz consequências aos sujeitos. O estigma enfrentado pela sapatão é a consequência de resistir a um sistema heterossexista.

A mulher que resiste à maternidade, ao matrimônio ou à heterossexualidade compulsória está subvertendo e resistindo a um sistema que afirma que o seu corpo não é sua propriedade. Isso não necessariamente significa que essa mulher, como indivíduo, é uma

ativista, ou que resiste a essas imposições de forma premeditada. A sua subversão ao sistema heterossexista não precisa se materializar apenas nas “situações revolucionárias concretas”. A resistência está impressa no seu modo de existir, num feminismo que é de ação, embora nem sempre de teoria (RICH, 2010, p. 40). É importante ressaltar que o conservadorismo antifeminista sempre associou o feminismo ao ódio aos homens e ao lesbianismo (HOOKS, 2000, p. 68).

Também é nessa perspectiva de “inversão do papel natural dos sexos” que a lésbica é caracterizada pelo imaginário coletivo como uma mulher que tenta ser um homem. A lésbica, ou a *sapatão*, a *maria-macho*, a *fancha*, não poderia ser mulher, porque não cumpre a função essencial desta, que é casar e ter filhos. A lésbica seria uma espécie de homem castrado, uma degeneração da ordem natural dos sexos. Esse estado de ser, que não é de homem nem de mulher, foi trabalhado por Monique Wittig em “O Pensamento Hétero”, no qual a autora afirma que “as lésbicas não são mulheres”, porque a categoria mulher só tem sentido dentro do pensamento hétero e de um sistema econômico heterossexual (WITTIG, 1992, p. 57).

Dessa forma, é importante trazer para a análise a figura da *machona*, ou seja, “as lésbicas que assumem uma apresentação masculinizada, o que engloba não só a estética, mas também o comportamento (BRANDÃO, 2007, p. 15 *apud* DINIZ, 2013, p. 78). A sociedade tradicional brasileira

liga, de uma forma muito íntima, o gênero e a orientação sexual, como se as duas coisas não pudessem se manifestar de forma independente, o que não acontece em outras configurações sociais, como nos círculos afro-brasileiros ligados à umbanda e ao candomblé (SEGATO, 1985). Assim, uma relação lésbica precisaria, necessariamente, de uma das partes representando o homem da relação. A dicotomia lésbica passiva e lésbica ativa pode ser entendida dentro desse espectro de valores, porque ela não se baseia de forma estrita em papéis sexuais, como no caso dos gays, e sim numa performance que está atrelada a um binarismo de gênero (BUTLER, 1993). Dentro dessa performance, a lésbica ativa ou a *butch* representaria o elo masculino da relação.

Por sua vez, a lésbica passiva é a *lady*, que representa o espectro feminino da relação, e portanto a submissão e a emotividade. Muitas vezes, a lésbica passiva tem a sua sexualidade questionada, ou mesmo ela própria não se considera enquanto tal, por não corresponder às expectativas do que é uma lésbica. Ela também está relacionada à frigidez, à falta de libido e à subalternidade no ato sexual. “A sapatão com fenótipo feminino não conseguia se complementar sexualmente” (DINIZ, 2013, p. 69).

Da minha parte, afirmo que as categorias “lésbica passiva” e “lésbica ativa” não são orgânicas, e sim ecos da dinâmica que existe dentro do

sistema heterossexual, baseadas na divisão arbitrária entre masculino e feminino, na qual o masculino é sempre valorizado e o feminino, subalternizado (BOURDIEU, 2012). Por sua vez, a tentativa de se apontar um “homem na relação” é, mais uma vez, o reflexo da ideia de que a felicidade e a satisfação afetiva-sexual das mulheres são dependentes da existência de um homem. É preciso resistir às tentativas de normalização dos corpos, para se adequarem a um modelo *straight* (PRECIADO, 2003). A relação lésbica sempre será marginal ao sistema heterossexista, porque ela não cabe dentro do pensamento hétero (WITTIG, 1980).

### *Um feminismo lésbico?*

Em função do peso da heterossexualidade compulsória, afirmo que não é possível dizer que todas as mulheres heterossexuais se relacionam com homens simplesmente porque elas querem. A heterossexualidade é uma imposição, que vem acompanhada do controle dos corpos femininos, e por consequência, da sua afetividade e sexualidade. Além disso, numa sociedade patriarcal, os referenciais positivos são majoritariamente masculinos, o que gera um processo de identificação das mulheres com os homens. A necessidade da presença e da aprovação masculina é reflexo de um sistema misógino, que impede

que as mulheres se enxerguem umas nas outras e se percebam como amigas, companheiras ou amantes. Para Adrienne Rich, a identificação das mulheres com os homens é reflexo da heterossexualidade compulsória, e a consequência desse processo é a incorporação dos valores do colonizador, além da participação ativa no próprio processo de colonização (BARRY, 1979, p. 140 *apud* RICH, 2010, p. 32).

Seria possível resistir a esse processo, e criar uma identificação real entre mulheres baseada no companheirismo e no entendimento mútuo? Para Rich, a resposta para essa pergunta está na noção do *continuum lésbico*. O continuum lésbico transcende a ideia do relacionamento sexual ou romântico entre mulheres, e se configura numa categoria muito mais ampla: é o conjunto de experiências de identificação entre mulheres, é o erótico nos termos femininos, é o compartilhamento de experiências que apenas duas mulheres podem ter. Dessa forma, existe a possibilidade de que *todas* as mulheres existam dentro de um *continuum* lésbico, no qual estão se movendo para dentro e para fora durante todo o percurso de suas vidas. A autora ilustra esse *continuum* com a relação da criança com a mãe na amamentação, e nas sensações de prazer sentidas pelas duas partes (RICH, 2010, p. 38).

A meu ver, o conceito de continuum lésbico pode solucionar algumas das tensões historicamente constituídas entre o feminismo lésbico e o feminismo mainstream. O movimento feminista da segunda metade do

séc. XX se constituiu, em especial nos Estados Unidos, como um movimento plural e heterogêneo, com frequentes tensões das demandas de diferentes grupos de mulheres (MAGALHÃES, 2010). Uma parcela considerável do feminismo lésbico da década de 70 e 80 utilizava o conceito de *lesbianismo político* como essencial para a atividade feminista. No artigo “Love your enemy? The debate between heterosexual feminism and political lesbianism”, o grupo Leeds Revolutionary Feminists defende que todas as feministas deveriam se abster do sexo com homens e satisfazer suas necessidades afetivas e eróticas com outras mulheres (Leeds Revolutionary Feminists, 1981).

O lesbianismo político, no sentido cunhado por esse grupo, se difere do continuum lésbico de Adrienne Rich. Embora a autora também valorize e exalte a relação afetiva e erótica entre mulheres, o continuum lésbico é sobre a identificação de mulheres com outras mulheres, sobre um amor que transcende a ideia do amor romântico e erótico. Esse *continuum* pode ser entendido como uma rede de companheirismo e fortalecimento mútuo, pensada em termos femininos. É, acima de tudo, a negação do pressuposto que as mulheres precisam da aprovação e da afirmação dos homens para realizarem suas ações.

Conhecer lésbicas empoderadas e carinhosas me ensinou durante minha infância, e continua me ensinando, que mulheres não precisam depender dos homens para nosso bem-estar e para nossa felicidade – nem mesmo para o seu

prazer sexual. Esse conhecimento abriu um mundo de possibilidades para as mulheres. Ofereceu escolhas e opções. Nós nunca saberemos quantas milhões de mulheres ficam em relacionamentos com homens dominadores e sexistas apenas porque não conseguem imaginar uma vida em que podem ser felizes sem eles, estejam elas satisfeitas sexualmente e emocionalmente pelos homens da sua vida ou não. (HOOKS, 2001, p. 95, tradução nossa)

Dessa forma, acredito que um feminismo verdadeiramente libertador precisa questionar a heterossexualidade compulsória e fortalecer as relações entre mulheres. Fortalecer as relações entre as mulheres significa um empoderamento verdadeiro, o que oferece um grande perigo à manutenção do sistema patriarcal. É preciso que as mulheres consigam se ver como irmãs, amigas, companheiras e amantes. O feminismo não pode ser pautado em termos heterossexuais, é preciso que as mulheres se identifiquem entre si e resistam juntas às imposições do patriarcado. Um feminismo lesbofóbico, que olha de forma condescendente o amor entre mulheres, apenas mantém o *status quo* da dominação masculina. É necessário que, dentro da nossa militância, a vivência lésbica seja reconhecida em todo o seu aspecto transformador e revolucionário, capaz de subverter pressupostos machistas que são danosos às mulheres como um todo. Através da valorização da lésbica dentro do feminismo, é possível vislumbrar o exercício da sexualidade

e da afetividade que é independente da presença dos homens, e portanto, autônomo.

## Conclusão

Através da análise das particularidades que tornam a lesbofobia distinta da homofobia, conseguimos perceber a maneira que a heterossexualidade compulsória incide sobre as mulheres. Mais uma vez, devemos lembrar que todas as mulheres são vítimas da heterossexualidade compulsória, porque ela se configura como a ausência de autonomia sobre o próprio corpo e sobre a própria sexualidade. Dessa forma, a sexualidade autônoma e o companheirismo feminino são ameaças à ordem patriarcal, na qual o desejo feminino é sempre subordinado à pulsão sexual dos homens cissexuais. A mulher lésbica, que desafia essa ordem, sofre uma opressão lesbofóbica, que pode ser percebida através da repressão, do silenciamento e do desprezo que a lésbica enfrenta na sociedade heterossexista. Para a verdadeira libertação das mulheres, o feminismo não pode reproduzir o argumento da heterossexualidade compulsória. É necessário que, dentro do movimento, as lésbicas sejam valorizadas e tenham espaço para expor suas vivências e demandas. Assim, apenas com a desconstrução do argumento da heterossexualidade compulsória se torna possível

vislumbrar um feminismo que desmonta a ordem patriarcal e transforma verdadeiramente as relações de gênero.

### Referências Bibliográficas

- BORRILLO, Daniel. (2010). *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. É
- Guilherme João de Freitas Teixeira, 1ª edição, Belo Horizonte, Autêntica.
- BOURDIEU, Pierre. (2012). *A Dominação Masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro, Editora BestBolso.
- BUTLER, Judith. (1993). *Bodies That Matter*. 1ª edição, Nova Iorque, Routledge,.
- DINIZ, Rozeane Porto. (2013). *As representações léxico-semânticas das lesbianidades no cordel*. Tese de Mestrado em Literatura e Interculturalidade, Universidade Estadual da Paraíba, datilo.
- HOOKE, Bell. (2001). *Feminism is for everybody: passionate politics*. Cambridge, South End Press.
- LEEDS REVOLUTIONARY FEMINIST GROUP. (1981). *Love your enemy? The debate between heterosexual feminism and political lesbianism*. London, Only Women Press.
- LÉVI-STRAUSS, CLAUDE. (1985). *As Estruturas Elementares do Parentesco*. Tradução de Mariano Pereira, 3ª edição, Petrópolis, Vozes.
- MAGALHÃES, Maria José. (2010). *Feminismos e Lesbianismo: Derrubando o mito da Lavender Menace*. LES Online, Vol. 2, No 1
- PRECIADO, Beatriz. (2011). *Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”*. Rev. Estudos Feministas, 19, 11-20.
- RICH, Adrienne. (2010). *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*. Revista Bagoas, 5, 18-44.
- RUBIN, Gayle. (1975). “The Traffic In Women: Notes In The Political Economy Of Sex”. In: REITER, Rayna (Org.). *Toward an Anthropology of Women*. New York, Monthly Review Press.
- SEGATO, Rita. (2003). *Las Estructuras Elementales de la Violencia*. 1ª edição, Bernal, Universidad Nacional de Quilmes.
- UNITED STATES HOLOCAUST MUSEUM.  
<<http://www.ushmm.org/wlc/en/article.phpModuleId=10005478>>  
Acessado entre 13/10 de 2015 e 10/07 de 2016.
- WITTIG, Monique. (1992). *The Straight Mind and Other Essays*. 2ª edição, Boston, Beacon Press, 1992.